

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MUZAMBINHO (1969-1971)

Mateus Camargo Pereira

matunicamp@gmail.com

Letícia de Paula Nascimento

leticianascimentoef@gmail.com

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar o processo de criação da Fundação Educacional Muzambinho (1969-1971). Foram analisadas atas de reuniões, cartas e trabalhos acadêmicos. A criação da FEM foi resultado de uma convergência de fatores: legislação permissiva, protagonismo da Educação Física almejado pela Ditadura Militar, ausência de faculdades no interior do país e o engajamento de sujeitos da comunidade política, econômica e religiosa local, capitaneados por Wilian e Lia Mara.

PALAVRAS-CHAVE

ensino superior; ensino privado; Educação Física

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar que tomou as rédeas do Brasil em 1964 teve na expansão do ensino superior privado uma de suas principais políticas educacionais. A partir dos acordos assinados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), buscou-se uma modernização conservadora da universidade brasileira através de duas ações principais: reorganização administrativa e pedagógica das Instituições de Ensino Superior (IES) marcada pela extinção das cátedras, criação de departamentos e adoção das disciplinas e sistema de créditos; pela expansão privada das vagas pelo estímulo à criação de fundações públicas de direito privado (CUNHA, 2007). Foi estabelecido que “as universidades e os estabelecimentos de Ensino Superior oficiais deveriam se constituir em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações” (BRASIL, Lei 5540/1968). Intencionava-se, também, reduzir a pressão por mais vagas no ensino superior, demanda vocalizada pelo Movimento Estudantil, já que estudantes aprovados nos vestibulares ficavam de fora por ausência de vagas. No âmbito da Educação Física, o incentivo à criação das Associações Atléticas e a obrigatoriedade de aulas no ensino superior criava um cenário favorável à expansão de cursos, existentes em poucas dezenas pelo país e concentrado em capitais.



As condições conjunturais, legais e políticas permitiram que Muzambinho se tornasse sede de uma Faculdade de Educação Física impulsionado pela iniciativa de dois jovens professores cuja formação básica se dera na cidade e que a ela retornaram em 1967. Wilian Peres Lemos e Lia Mara Zaghi deram os primeiros passos para a empreitada em 1968, ajudados por outros dois entusiastas da iniciativa: o médico e presidente do Lions Clube, Dr Antero Veríssimo da Costa, e o pároco da cidade, Frei Rafael Zevenhoven (CARDILO, 2017). Somava-se à permissão legal o fato de haver somente uma Faculdade do tipo em toda Minas Gerais, localizada em Belo Horizonte. A viabilização da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM) foi antecedida pela criação da Fundação Educacional de Muzambinho (FEM), instituição responsável por gerir o curso. O presente texto buscou investigar o processo de criação da FEM sob os marcos da Reforma Universitária de 1968. Intenciona-se, sobretudo, compreender como a iniciativa ocorrida em Muzambinho deu forma aos termos previstos pela Reforma. Espera-se contribuir para uma compreensão do processo de materialização da política instituída pelos governos militares, identificando ações tomadas num contexto microscópico. Além disso, são escassos os trabalhos historiográficos sobre a expansão de cursos privados, dificultada pela pouca disponibilidade dos documentos que elucidem e materializem as dimensões estruturais da questão.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa historiográfica que se vale de análise documental, apoiando-se na micro-história como referência analítica. De acordo com Levi (1992, p.137) “para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado.” Além disso, “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p.139). A expansão superior privada no país foi objeto de pesquisas que a abordaram sob uma perspectiva estrutural, como demanda para a adaptação do país no cenário capitalista mundial associado ao modelo norte-americano de formação superior (CUNHA, 2007).

As fontes documentais mobilizadas foram as atas de reuniões da FEM e as correspondências enviadas pelo presidente da fundação, Dr. Antero Veríssimo da Costa. Elas foram confrontadas com trabalhos que tematizaram algum aspecto relacionado à FEM, em especial as produções de Lemos (1999) e Cardilo (2017). A análise geral da expansão do ensino superior no período baseou-se no trabalho de Cunha (1988). Para dialogar com as informações fornecidas pelas atas foram analisadas 44 cartas entre as 174 enviadas por Dr. Antero. As correspondências tematizavam a demanda por patrimônio, sob a forma de doações financeiras, de livros e equipamentos. Também funcionaram para a mobilização de entidades governamentais, civis e amigos pessoais do então presidente da FEM, muitos deles pessoas influentes no meio político, como os deputados Geraldo Freire e João Marques de Vasconcelos. O acervo documental consultado está sob a guarda do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS (CEMEFEL).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação da FEM se deu em reunião na Câmara Municipal de Muzambinho em 02 de junho de 1969, contando com a presença de autoridade municipais e dos sócios beneméritos (FEM, 1969, p.1-4). Na reunião, Dr. Antero informou aos presentes sobre a doação de NCr\$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros novos) da Prefeitura Municipal de Muzambinho, através da Lei Municipal 754 (CARDILO, 2017). A cessão do recurso inaugurava uma ação prioritária para a efetivação da FEM: a constituição de patrimônio. A outra prioridade foi a mobilização política junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) solicitando a autorização para a criação do curso de Educação Física.

Para a constituição patrimonial foram mobilizados aproximadamente 130 sócios beneméritos, responsáveis por uma doação mensal de NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) (LEMONS, 1999). A paróquia da cidade, sob a direção do Frei Rafael Zevenhoven, doou um prédio antigo localizado na Praça dos Andradas,



no centro da cidade. Apesar de estar em condições ruins de conservação, a casa serviu de espaço para as aulas de Ginástica Olímpica, a partir de 1971. Posteriormente, foi vendida para a compra de um terreno localizado no Bairro Canaã, como forma de viabilizar financeiramente a construção de uma sede própria para a ESEFM (LEMOS, 1999). Além das doações individuais, o Dr. Antero fez uso das cartas para angariar recursos e equipamentos. Das 174 enviadas pelo médico apenas 42 foram respondidas, a grande maioria manifestando a impossibilidade de contribuir. A resposta recebida da Empresa de Laticínios Mococa atendia solidariamente ao pedido de doação:

Acusamos o recebimento de sua carta de 7 do corrente, solicitando a contribuição de nossa indústria para a base patrimonial necessária para que seja autorizado o funcionamento da Primeira Escola Superior de Educação Física de Muzambinho. É com grande satisfação que, atendendo seu apêlo, estamos lhes passando às mãos o cheque nº 349.136 de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), a cargo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, destinado àquela finalidade. Nesta oportunidade queremos congratular com os responsáveis pela implantação de tão importante estabelecimento de ensino nessa Cidade, bem como com todo o povo Muzambinhense pelos inúmeros benefícios que a instalação dessa Escola trará a todos. [...] (AMATO, A. [Carta] 29 de março de 1971, Mococa [para] COSTA, A. V. Muzambinho. 1f. Doação de verba para a base patrimonial da FEM).

O recurso à doação individual voltou a ser utilizado no ano de 1971. Segundo ata da reunião da FEM realizada em 09 de fevereiro, foi deliberado o recolhimento de doações com valores que variavam de NCr\$150,00 a NCr\$300,00 (cento e cinquenta a trezentos cruzeiros novos). O maior recurso foi efetivado por 53 doadores; já o menor valor foi pago por cinco contribuintes. Ao final de 1971, o patrimônio total da FEM era de NCr\$ 125.204,24 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e quatro cruzeiros e vinte e quatro centavos novos), entre ativos financeiros, bens móveis e imóveis (CARDILO, 2017).

Cinco cartas foram recebidas de políticos e amigos se comprometendo a auxiliar tanto no processo de autorização do funcionamento da ESEFM quanto em processos de solicitação de verba pública que já estavam em andamento. Abaixo a resposta do Dep. Geraldo Renault:

Com atenciosa visita, acuso o recebimento de seu ofício 28/71. Analisando o ali exposto, acho melhor o amigo orientar-se pelo seguinte: a) fazer um ofício ao Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, solicitando-lhe a doação da Praça de Esportes local à Fundação Educacional Muzambinho. Encarecer nesse ofício todos os aspectos possíveis, apresentando justificativa para tal doação. Eu o encaminharei. b) Fazer pedidos, em separado, ao Conselho Nacional de Desportos, à loteria Federal e ao próprio Ministro da Educação, solicitando-lhes verba para terminar a montagem das instalações desse estabelecimento. Salientar os aspectos possíveis, inclusive o pioneirismo da Escola em nosso interior. Também poderei encaminhar esses pedidos às autoridades respectivas. (RENAULT, G. H. M. [Carta] 08 de novembro de 1971, Mococa [para] COSTA, A. V. Muzambinho. 1f. Orientações para envio de ofícios).

Informações presentes em Lemos (1999) mostram que as demandas pleiteadas pelo deputado não foram atendidas.

O pedido de autorização para o funcionamento da ESEFM foi encaminhado ao CFE em 06 de setembro de 1969:

Antero Veríssimo da Costa, Presidente da Fundação Educacional Muzambinho, vem requerer ao Conselho Federal de Educação, autorização para o funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, no Estado de Minas Gerais, dentro das normas definidas em Lei. Anexa documentação referente à Fundação Educacional Muzambinho, documentos referentes à estruturação da Escola e aos professores indicados. (COSTA, A. V. [Carta] 06 de setembro de 1969, Muzambinho [para] Presidente do Conselho Federal de Educação. Brasília. 1f. Solicitação de autorização para funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho).



A partir disso, muitas das cartas enviadas pela FEM pleiteavam intervenção política para que a autorização fosse efetivada, conforme correspondência enviada ao Deputado Geraldo Freire:

Fiquei de te escrever dando informes sobre a Fundação, na esperança de que possas fazer alguma coisa em nosso benefício junto ao Ministro da Educação. O processo referente à Escola de Educação Física de Muzambinho tem o nº 1451 de protocolo e se encontra na assessoria do Ensino Superior no Conselho Federal de Educação. Está aguardando novo exame nessa Repartição para que possa ser nomeado o Relator e, em seguida, ser julgado pelo Conselho. Deu entrada na referida Repartição no dia 13 de julho deste ano. Como o trabalho lá é imenso, se não houver uma ajuda superior, poderá lá ficar muitos meses, o que seria extremamente prejudicial à nossa cidade que espera ansiosa esta Escola que será o início de uma nova era para a cidade e para a região. Se puderes pedir ao Ministro um telegrama pedindo exame imediato do processo Muzambinho te ficará extremamente grato e te devendo mais esse benefício. É nosso desejo obter autorização de funcionamento antes das eleições, será possível? Contamos com tua ajuda, pois o Ministro terá influência decisiva em nossas pretensões. (COSTA, A. V. [Carta] 04 de setembro de 1970, Muzambinho [para] FREIRE, G. Belo Horizonte. 1f. Informes sobre a fundação e pedido de assistência burocrática).

A autorização para o funcionamento da ESEFM foi publicada em 4 de agosto de 1971, poucos dias após o primeiro vestibular, ocorrida entre os dias 19 e 21 de julho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das fontes documentais e Referências mobilizadas percebe-se que o objetivo de expansão privada do ensino superior brasileiro, tomando a experiência de Muzambinho como referência, se deu pela convergência de um série de fatores: legislação permissiva, conjuntura política que estabelecia papel relevante para a Educação Física, ausência de faculdades no interior de Minas Gerais, engajamento de membros da comunidade política, econômica e religiosa da cidade de Muzambinho. Houve, também, uma participação indispensável do poder público municipal, por meio de doações de recursos. A persistência e capacidade de convencimento de Wilian e Lia Mara também deve ser considerada. A criação da FEM permitiu que a ESEFM começasse suas atividades em 1971, colocando definitivamente Muzambinho no mapa da Educação Física brasileira. Quando foi fechada, em 2010, havia formado aproximadamente 2500 profissionais. Espera-se que este estudo possa contribuir para uma melhor compreensão da expansão superior no país pós Reforma Universitária de 1968 sob perspectiva microscópica, além de lançar luz e valorizar os sujeitos em processos envolvidos em processos como o aqui relatado.



THE EDUCATIONAL FOUNDATION MUZAMBINHO (1969-1971)

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the process of creation of the Muzambinho Educational Foundation (1969-1971). Minutes of meetings, letters and academic papers were analyzed. The creation of the FEM was the result of a convergence of legal, political, conjunctural factors and local community engagement, led by Wilian and Lia Mara.

KEYWORDS: *higher education; private education; Physical Education*

LA FUNDACIÓN EDUCACIONAL MUZAMBINHO (1969-1971)

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue investigar el proceso de creación de la Fundación Educativa Muzambinho (1969-1971). Se analizaron actas de reuniones, cartas y trabajos académicos. La creación de FEM fue resultado de una convergencia de factores legales, políticos, coyunturales y del compromiso de la comunidad local, capitaneados por Wilian y Lia Mara.

PALABRAS CLAVES: *enseñanza superior; enseñanza privada; Educación Física.*

REFERÊNCIAS

- AMATO, A. [Carta] 29 de março de 1971, Mococa [para] COSTA, A. V. Muzambinho. 1f. Doação de verba para a base patrimonial da FEM).
- BRASIL. *Lei nº 5.540*, de 28 nov. 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 nov. 1968. Retificada em 3 dez. 1968.
- _____. [Carta] 06 de setembro de 1969, Muzambinho [para] Presidente do Conselho Federal de Educação. Brasília. 1f. Solicitação de autorização para funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho).
- CARDILO, N.R.S. *Uma história institucional da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (1969-1971)*. Trabalho de Conclusão de Curso. CeCAES, IFSULDEMINAS, Muzambinho, 2017.
- COSTA, A.V. [Carta] 04 de setembro de 1970, Muzambinho [para] FREIRE, G. Belo Horizonte. 1f. Informes sobre a fundação e pedido de assistência burocrática).
- CUNHA, L.A. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MUZAMBINHO. *Atas. 1969-1971*.
- LEMOS, W. P. *Escola Superior de Educação Física de Muzambinho no Contexto da Educação Física Brasileira*. 1999. 198p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 1999.
- LEVI, G. Sobre a micro história. In: BURKE, P.(org) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- RENAULT, G. H. M. [Carta] 08 de novembro de 1971, Mococa [para] COSTA, A. V. Muzambinho. 1f. Orientações para envio de ofícios).

